

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS BOIS - TO
DECRETO Nº _____
PORTARIA Nº _____
LEI MUNICIPAL Nº 010/2023
OUTROS _____
EM 14.09.23
CARIMBO E ASSINATURA DO SERVIDOR



ESTADO DO TOCANTINS
Prefeitura Municipal de Rio dos Bois
ADM. 2021/2024

LEI Nº 010 /2023, DE 14 DE SETEMBRO DE 2023.

“Autoriza o Poder Executivo a realizar o repasse dos pisos salariais nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem e do Auxiliar de Enfermagem, destinados pela União Federal e instituídos pela Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022 e dá outras providências.”

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DOS BOIS, Estado de Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais APROVA e o Prefeito Municipal, com base na Lei Orgânica do Município, SANCIONA a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar o repasse dos pisos salariais da Enfermagem, do Técnico de Enfermagem e do Auxiliar de Enfermagem, estabelecidos pela Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, observando, para cada categoria de profissional, os seguintes valores:

- I – Enfermeiro R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais);
- II – Técnico de Enfermagem R\$ 3.325,00 (três mil trezentos e vinte e cinco reais);
- III – Auxiliar de Enfermagem R\$ 2.375,00 (dois mil trezentos e setenta e cinco reais).

§1º O pagamento dos valores acrescidos em decorrência da Lei n. 14.434/2022 fica consignado à transferência financeira pela União ao Município de Rio dos Bois/TO.

§ 2º No caso de transferência parcial de recurso pela União, ou seja, insuficiente para suportar o impacto financeiro, será, o *quantum* transferido, rateado proporcionalmente entre as categorias.

§ 3º Valores a título de retroativo serão pagos mediante a transferência, deste período, de forma acumulada pela União, com observância do disposto nos §§ 1º e 2º.

Art. 2º Os pisos definidos no art. 1º desta lei consideram a carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo pago proporcionalmente no caso de carga horária inferior.

Art. 3º A vigência desta Lei fica condicionada ao julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 7222, vinculando seus efeitos à decisão judicial transita em julgado.

ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE RIO DOS BOIS
PROTEÇÃO AMBIENTAL
ATA Nº 001/2014

ATA Nº 001/2014 DE 14 DE SETEMBRO DE 2014

Amostra a Poder Executivo a recolher a respectiva taxa de
análise ambiental do empreendimento, no âmbito do
Sistema de Licenciamento e do Sistema de Fiscalização, destinados
para o caso de licenciamento ambiental pelo Poder
Municipal, de 4 de agosto de 2014 e de outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DOS BOIS, no uso de suas
atribuições legais e de acordo com a Lei nº 001/2014, aprovada na
Sessão Ordinária de 14 de setembro de 2014, a seguir:

Art. 1º Para o Poder Executivo a recolher a respectiva taxa de
análise ambiental do empreendimento, no âmbito do Sistema de
Licenciamento e do Sistema de Fiscalização, destinados para o
caso de licenciamento ambiental pelo Poder Municipal, de 4 de agosto
de 2014, observando, para tanto, o disposto no artigo 1º da Lei nº 001/2014.

- I - Valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e custas legais;
- II - Taxa de Licenciamento de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e custas legais;
- III - Taxa de Fiscalização de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e custas legais.

§ 1º O pagamento dos valores estabelecidos no artigo 1º desta Lei, de 14 de setembro de 2014, não
constitui a transferência da responsabilidade pelo licenciamento ambiental do Rio dos Bois.

§ 2º No caso de transferência parcial do licenciamento ambiental, o Poder Municipal não se responsabiliza pelo
suporte o impacto ambiental, sendo o mesmo a ser suportado pelo empreendedor, conforme o disposto no artigo 1º da Lei nº 001/2014.

§ 3º Valores a serem de renúncia serão pagos mediante a transferência, de acordo com a
forma estabelecida pelo Poder Municipal, de acordo com o disposto no artigo 1º da Lei nº 001/2014.

Art. 2º Os planos definidos no art. 1º desta Lei não se destinam a carga pública do Poder Municipal,
quando, por razões técnicas, sendo por razões técnicas, não se destinam a carga pública do Poder Municipal.

Art. 3º A vigência desta Lei não condiciona ao julgamento final pelo Poder
Municipal, de acordo com o disposto no artigo 1º da Lei nº 001/2014, a decisão do
Poder Municipal, de acordo com o disposto no artigo 1º da Lei nº 001/2014.

Assinada em 14 de setembro de 2014, no Rio dos Bois, Ceará.



ESTADO DO TOCANTINS
Prefeitura Municipal de Rio dos Bois
ADM. 2021/2024

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ressalvado o pagamento de eventuais valores retroativos.

Gabinete do Prefeito de Rio dos Bois do Tocantins, Estado do Tocantins, aos 14 dias do mês de setembro de 2023.

2


MOACIR DE OLIVEIRA LOPES

Prefeito Municipal

Moacir de Oliveira Lopes
Prefeito Municipal